



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Jaques Wagner

**Emenda nº - CRA**  
**(PL nº 510 de 2021)**

Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que Transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências.



SF/21094.50232-60

**EMENDA SUPRESSIVA**

Suprimam-se os incisos II, IV e V do art. 5º da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 510, de 2021.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se justifica, no referido inciso II, a proposta de permitir que aqueles que já possuem imóvel rural possam solicitar a regularização, desde que as propriedades não somem 2.500 ha, o limite definido pela Constituição Federal. A norma original não permite a regularização de imóveis de pessoas que já possuam outro imóvel rural em qualquer parte do território nacional.

O inciso IV altera, novamente, o marco temporal de 22 de julho de 2008 para 25 de maio de 2012. A mudança constante do marco temporal leva à sociedade o sinal de impunidade, de que aqueles que cometeram crimes ocupando terras públicas após 2012 serão premiados. É um sinal que interfere diretamente nas taxas de desmatamento, sobretudo na Amazônia.

Também, o PL propõe, no inciso V supracitado, que seja permitida a regularização fundiária de imóveis de pessoas que já foram beneficiárias de programa de reforma agrária, relativa a ocupações anteriores a dezembro de 2019. No texto original, não se permitia, salvo casos avaliados pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Se o objetivo da proposta é regularizar as propriedades daqueles que dependem da terra e, há anos, aguardam pelo processo de regularização fundiária para poderem sobreviver a partir do labor na propriedade, não há sentido em beneficiar aqueles que já possuem imóvel rural, ou que já foram beneficiários de programa de reforma agrária ou,



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Jaques Wagner

ainda pior, que tenham ocupado a área em um passado recente, como propõe os incisos IV e V referidos nesta emenda.

Sala da comissão.

**SENADOR JAQUES WAGNER**  
**PT – BA**



SF/21094.50232-60